

Tornar-se mulher: epistemologias e pedagogias outras

Eliada Mayara Alves Krakhecke¹
Hélen de Oliveira Soares Jardim²
Dulce Mari da Silva Voss³

RESUMO

O texto aborda a produção da metanarrativa sujeito mulher pelo pensamento moderno ocidental e colonialista, sob perspectiva teórico-epistemológica pluralista, recorrendo à teorização combinada dos conceitos desconstrução de Derrida, colonialidade/decolonialidade em Maldonado Torres e Quijano, estudos de gênero, realizados por Rago, Meyer, Hollanda, Chimamada, entre outras, e a Teoria *Queer* elaborada por Butler. Objetiva-se evidenciar a problematização da produção discursiva de um sujeito mulher ocidentalizado pela colonização e o colonialismo, calcados na captura dos corpos e na normalização de hierarquias de gênero. Os estudos de gênero e a Teoria *Queer* analisam as relações de poder assimétricas e os processos de subjetivação decorrentes da transversalização das diferenças de classe social, sexualidade,

¹ Mestra em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante dos Grupos de Pesquisas Philos Sophias e Laboratório Imagens da Justiça. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2686-4520>. E-mail: eliadamayara@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestra em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAnt) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante do Grupo de Pesquisa Philos Sophias. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8944-4799>. E-mail: helenjbage@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

³ Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Docente da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA - Campus Bagé/RS). Líder do Grupo de Pesquisa Philos Sophias. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0672-7273>. E-mail: dulcevoss@unipampa.edu.br

raça e etnia, trazendo à tona os movimentos feministas como acontecimentos históricos, sociais e políticos que advogam pela pluralidade das materialidades das existências de mulheres e as resistências forjadas no combate às expressões do machismo, sexismo e racismo. Assim, estas teorizações possibilitam desconstruir a naturalização dos modos de subjetivação gerados pelo pensamento moderno ocidental e colonialista. Evidenciam fissuras teórico-epistemológicas e políticas decoloniais produzidas por mulheres que se tornam mulheres ao forjar, coletivamente, a criação de epistemologias e pedagogias outras em múltiplos contextos sociais, políticos, culturais e científicos.

Palavras-chave: colonialidade; decolonialidade; feminismos.

Becoming a woman: epistemologies and other pedagogies?

ABSTRACT

The text addresses the production of the metanarrative subject woman by modern Western and colonialist thought, under a pluralist theoretical-epistemological perspective, using the combined theorization of the concepts deconstruction of Derrida, coloniality/decoloniality in Maldonado Torres and Quijano, gender studies, carried out by Rago, Meyer, Hollanda, Chimamada, among others, and the Queer Theory elaborated by Butler. The objective is to evidence the problematization of the discursive production of a female subject westernized by colonization and colonialism, based on the capture of bodies and the normalization of gender hierarchies. Gender studies and Queer Theory analyze asymmetric power relations and subjectivation processes resulting from the transversalization of differences in social class, sexuality, race and ethnicity, bringing to light feminist movements as historical, social and political events that advocate for the plurality of the materialities of women's existences and the resistances forged in the fight against the expressions of machismo, sexism and racism. Thus, these theorizations make it possible to deconstruct the naturalization of

the modes of subjectivation generated by modern Western and colonialist thought. They show theoretical-epistemological and decolonial political fissures produced by women who become women by collectively forging the creation of other epistemologies and pedagogies in multiple social, political, cultural and scientific contexts.

Keywords: coloniality; decoloniality; feminisms.

Convertirse en mujer: epistemologías y otras pedagogías

RESUMEN

El texto aborda la producción del sujeto metanarrativo mujer por el pensamiento occidental moderno y colonialista, bajo una perspectiva teórico-epistemológica pluralista, utilizando la teorización combinada de los conceptos de deconstrucción de Derrida, colonialidad/decolonialidad en Maldonado Torres y Quijano, estudios de género, realizados por Rago, Meyer, Hollanda, Chimamada, entre otros, y la Teoría Queer elaborada por Butler. El objetivo es evidenciar la problematización de la producción discursiva de un sujeto femenino occidentalizado por la colonización y el colonialismo, a partir de la captura de cuerpos y la normalización de jerarquías de género. Los estudios de género y la Teoría Queer analizan las relaciones asimétricas de poder y los procesos de subjetivación resultantes de la transversalización de las diferencias de clase social, sexualidad, raza y etnia, sacando a la luz los movimientos feministas como eventos históricos, sociales y políticos que abogan por la pluralidad de las materialidades de la existencia de las mujeres y las resistencias forjadas en la lucha contra las expresiones del machismo, sexismo y racismo. Así, estas teorizaciones permiten deconstruir la naturalización de los modos de subjetivación generados por el pensamiento occidental y colonialista moderno. Muestran fisuras políticas teórico-epistemológicas y decoloniales producidas por mujeres que se convierten en mujeres forjando colectivamente la creación de otras

epistemologías y pedagogías en múltiples contextos sociales, políticos, culturales y científicos.

Palabras clave: colonialidad; decolonialidad; feminismos.

INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma discussão acerca da metanarrativa sujeito mulher, produzida pelo pensamento moderno ocidental e colonialista. Trata-se de uma pesquisa efetuada sob perspectiva teórico-epistemológica pluralista⁴ de teorização combinada, através da qual, o estudo proposto efetua-se mediante um esforço de articulação entre teorias e conceitos oriundos de diferentes vertentes epistemológicas usadas para compor um quadro teórico mais consistente de fundamentação das análises feitas (MAIANARDES, 2018). Deste modo, o estudo realizado recorre aos conceitos de desconstrução, em Derrida,⁵ e decolonialidade, em Quijano (2005) e Maldonado Torres (2019), os estudos de gênero, produzidos por autoras como Rago (1985), Meyer (2013), Hollanda (2018), Louro (2000), Collins e Bilge (2020), Chimamanda (2019), entre outras, e a Teoria *Queer*, elaborada por Judith Butler (2016).

Cabe ressaltar que o pensamento decolonial expressa a produção de uma virada epistêmica e política em relação à colonialidade do ser, saber e poder, materializada com a colonização

4 Coutinho (1991) explica que o pluralismo comporta a dimensão de fenômeno social e político e da construção do conhecimento. Ou seja, uma perspectiva epistemológica plural leva em conta que não há apenas o conhecimento científico, há outras formas de produzir conhecimento no terreno social. Não há uma verdade absoluta guiada pelo pensamento científico. Todo conhecimento é resultado de compartilhamentos de dimensões intersubjetivas, concepções de mundo, intenções, valores compartilhados ou disputados entre atores sociais.

5 Segundo Meneses (2013), a desconstrução em Derrida consiste em uma estratégia de decomposição discursiva que visa reorganizar o pensamento ocidental em função da heterogeneidade de contradições e desigualdades presentes nos discursos que tendem a homogeneizações e universalismos ao cancelar oposições e hierarquias inerentes às práticas discursivas e à linguagem. O que se efetua, por exemplo, na definição de um sujeito associado à identidade de gênero, como o sujeito mulher. Sujeito produzido pelo pensamento moderno ocidental e que é, reiteradamente, reverberado nos discursos voltados à afirmação das mulheres em oposição aos homens nas disputas políticas por direitos sociais.

européia que impôs um modelo moderno ocidentalizado de civilização, progresso e desenvolvimento econômico, social e cultural. A colonização europeia nas Américas e no continente africano inaugurou o eurocentrismo, calcado no pensamento e cientificismo moderno, o que acarretou não só a destruição de culturas, valores, costumes, credos e idiomas, mas também os genocídios de enormes contingentes de populações originárias (VOSS, 2020).

A colonialidade é, portanto, uma macropolítica de imposição colonial impressa nos corpos e na vida social dos povos colonizados, ou seja, desde a colonização europeia o pensamento moderno se sobrepôs às culturas das populações originárias latino-americanas, assim como às populações africanas escravizadas, delegando a elas um estatuto ilusório e ilegítimo. Lógica maniqueísta de diferenciação entre um “eu” - cuja referência é o homem branco, cristão, heterossexual e capitalista - e o “outro”, herdeiro de uma subontologia: “alguns seres estão abaixo de outros seres” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36-41).

A colonialidade dos corpos, mentes e culturas se dá mediante a imposição do modelo eurocêntrico, intensificada nos tempos modernos da industrialização para manutenção do padrão mundial capitalista de exploração do trabalho das classes trabalhadoras, coisificadas e transformadas em valor de uso e de lucro imanente aos próprios corpos, que distribui de forma desigual os indivíduos e coletividades subalternizadas no cenário mundial.

As hierarquias de poder das categorias identitárias de raça, gênero, sexualidade, etnia e territorialidade servem, sobremaneira, a este fim. De acordo com Quijano (2005), o domínio colonial e a consequente captura e violação dos corpos se tornou possível pela imposição da figura racializada do “Outro”, que é decalcada sobre corpos que não expressam o padrão cultural dominante.

Corpos negros sofrem a ação perversa de necropolíticas, apontadas por Mbembe (2019), ao referir-se às tecnologias de poder que sustentam a imposição do padrão civilizatório ocidentalizado. Para o autor, “[...] a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado”. As formas de expressão do racismo se dão pela

“instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2019, p. 10-11).

Poder de morte gerado de forma deliberada pelo uso da violência extrema, mas também pela produção colonialista de saberes, das relações de opressão capitalística, da imposição cultural universalizante do eurocentrismo, da classificação binária dos corpos e da cis-heteronormatividade que geram a hierarquização de relações étnico-raciais, de gêneros e sexualidades.

Daí que a decolonialidade do ser, do saber e do poder vem sendo forjada, na contemporaneidade, como uma reviravolta epistêmica e política em construção, pois trata-se da construção e criação de “uma outra ordem mundial” em que possam coexistir e se relacionar diferentes concepções de tempo, espaço, subjetividade (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 35-36).

Em adesão ao pensamento e produção científica decolonial, a escrita deste texto resulta de uma pesquisa teórica na qual a teorização combinada serve como metodologia de análise na elaboração dos conhecimentos pretendidos, com vistas à desmontagem da metanarrativa totalizante⁶ de um sujeito mulher, pensamento e ação política que reduz as formas de pensar e compreender diferenças no que concerne as divisões de classes sociais, gêneros, sexualidades, territorialidades. Por meio da análise discursiva é possível prestar atenção à pluralidade de acontecimentos, à complexidade das redes de relações e práticas discursivas calcada nas estruturas sociais de dominação. Pois, é nas malhas das redes sociais, políticas, culturais que as formas de pensar e agir são enredadas, por muitas vezes, ofuscadas e negligenciadas.

Com as análises, objetiva-se colocar em questão a produção discursiva do sujeito mulher, as relações de gênero e os efeitos dos processos de subjetivação que acontecem mediante

6 Foi assim que Foucault (1999; 2008) elaborou suas pesquisas e estudos questionando as metanarrativas modernas, como razão, verdade, discurso, poder. Racionalidades que seguem até os dias de hoje servindo ao apagamento da pluralidade e complexidade com que diferentes modos de ser, pensar, existir e entender as coisas, o mundo, a si e aos outros, acontecem em cada contexto, nos tempos e espaços vividos por cada ser vivente e coletividade.

transversalização de diferenças, e evidenciar as contribuições dos estudos de gênero e da Teoria Queer para a desconstrução do pensamento moderno ocidental colonialista. Discursos estes que fabricam a metanarrativa do sujeito mulher.

Trata-se de mover o pensamento e a ação em direção à criação de novas possibilidades ontológicas, epistemológicas, políticas e filosóficas. É compreender que os processos de subjetivação não são naturais, mas que sujeitos se tornam sujeitos de certo tipo nas relações em que são posicionados enquanto tal. Encarar a multiplicidade das contingências nas quais diferentes sujeitos têm experimentado outras formas de conhecer-se a si e ao mundo, relacionar-se com outras/es/os em movimentações políticas múltiplas, permite evidenciar epistemologias e pedagogias outras, as quais agem como ferramentas teórico-epistemológicas e políticas de interpretação e tradução da materialidade das existências e dos diferentes modos de ser, pensar e agir no mundo. Todo esse movimento está sendo fomentado pelos estudos de mulheres pesquisadoras em contextos diversos, sob novas perspectivas como os Estudos de Gênero e a Teoria *Queer*.

ESTUDOS DE GÊNERO E TEORIA QUEER

Neste trabalho interessa ressaltar a perspectiva teórico-epistemológica dos estudos de gênero e da Teoria *Queer* como prática discursiva de desconstrução epistêmica da metanarrativa sujeito mulher produzida pelo pensamento moderno ocidental colonialista.

Neste sentido, as teorias desenvolvidas por Butler (2016) sobre a performatividade do discurso em relação à produção de diferenças de gênero são potencializadoras da desconstrução que se pretende. Dizer que os discursos são performativos é afirmar que não pertencemos a esse ou aquele gênero e sexo desde sempre, que diferenças não são naturais, mas naturalizadas à medida que as práticas discursivas funcionam a partir de dispositivos de enunciação, classificação, nomeação e hierarquização dos sujeitos.

Ou seja, não é possível acreditar que haja uma identidade fixa e inata decorrente de fatores biológicos, genéticos ou culturais.

Em outras palavras, raças, etnias, gêneros e sexualidades são fabricadas, historicamente, e reiteradas na vida social a partir de múltiplos discursos que instauram saberes, produzem regimes de veracidade, e governam corpos em relações de poder assimétricas.

Louro (2008) esclarece que a construção de gêneros, sexos e sexualidades dá-se em inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado.

Assim, práticas discursivas e não-discursivas constituem sujeitos femininos e masculinos como categorias universais e binárias identificadas pela genética. Porém, esse não é um processo educativo do qual os sujeitos participem como meros receptores, atingidos por instâncias externas e manipulados por estratégias alheias. Ao invés disso, os sujeitos estão implicados e são participantes ativos na construção de suas subjetividades. Múltiplas instâncias sociais, entre elas as famílias, as igrejas, as instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo dos corpos generificados e sexuados, pois exercitam a pedagogização de gêneros e sexualidades, fazendo uso de várias tecnologias de governo dos corpos e suas interrelações, processos que se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (LOURO, 2000).

Gênero, como já dito, não é “o corpo”. Ele é uma interpretação do corpo dada pela cultura que designa, por relações semióticas arbitrárias, o que cada corpo é, o ser de um sujeito. O gênero é discursivo, está dado antes mesmo do nascimento, é pressuposto e é performático. Depois de nascer, é preciso aprender a ser e pertencer a um gênero. Há um esforço intenso no enquadramento do sujeito em um dos polos do binarismo de gênero (HOLLANDA, 2018).

Para Judith Butler uma guinada na produção discursiva que procura dar conta das análises das relações de gênero e sexualidades se faz necessária no sentido de desestabilizar definitivamente a categoria “gênero” tal como é trabalhada. Relendo com radicalidade a histórica declaração de Simone de Beauvoir “Não

se nasce mulher, torna-se mulher”, a filósofa afirma que o gênero não é um atributo social ou cultural, mas uma categoria construída por meio de performances normativas inscritas e reforçadas pela cultura heterocapitalista (KUHNER, 2018, p. 60).

Butler (2016) afirma que os sujeitos generificados são produzidos discursivamente, e acrescenta a esse pensamento o conceito de performatividade como ação constitutiva dos processos de subjetivação que acontecem por inúmeras interseções sociais, políticas e culturais, entrecruzando as diferenças de gênero e sexo com outras dimensões, como raça, etnia e classe social. Levando-se em conta tal afirmação, é possível entender que “gênero é sempre um feito”, e que “[...] não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente construída pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (BUTLER, 2016, p. 56).

Butler (2016) expressa a complexidade dos discursos que nomeiam gêneros e sexualidades ao dizer que:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2016, p. 236).

Segundo Butler (2016) o poder age no discurso, gerando limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo proteção, ou seja, os sujeitos são formados, definidos e reproduzidos através das práticas discursivas e não-discursivas que seguem legitimando as mesmas estruturas de poder postas pelo que se diz lutar contra. O binarismo de gênero é “[...] efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2016, p. 67).

Porém, conforme esclarece Butler (2016):

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos

históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BLUTER, 2016, p. 21).

A noção de performance é extremamente importante para compreender como corpos transgêneros, transexuais e travestis perturbam e rompem a estabilidade do regime poder-saber-prazer no mundo. Ora, se a própria noção de sexo pode ser compreendida histórica e situacionalmente, então as “causalidades compulsórias” vagina-mulher-feminilidade/homem-pênis-masculinidade se desestabilizam, e começamos a pensar, portanto, nos corpos que escapam desta tríade, os corpos transgêneros, transexuais e travestis. Há aqui o segundo rompimento “biologia/ anatomia × identidade”; ou seja, a existência de pessoas trans e travestis revela que não há universalidade na constituição da relação entre genital e gênero (VIEIRA, 2018, p. 241).

As disputas discursivas e políticas estão instauradas, principalmente depois dos movimentos de sujeitos e grupos insurgentes em relação às identidades de gênero e sexualidades. Seja nos dispositivos discursivos que localizaram a verdade dos gêneros nos hormônios, nos cromossomos, nas estruturas neurais ou nas instituições disciplinares, em processos históricos, culturais e políticos, enfim, uma verdade é posta em cena: não há nenhum consenso sobre o que faz o feminino-feminino e o masculino- - masculino e a cis-heteronormatividade. Existe um fato inegável: a concepção de gênero que hegemonizou historicamente o feminismo, que define as políticas públicas ou que atravessa as concepções médico-psi-biológicas excluiu de suas fileiras as pessoas trans (BENTO, 2017, p. 126).

A ideia de um sujeito mulher que estabilize consensos entre distintos coletivos feministas e a própria noção de corpo feminino, passam a ser problematizadas. Outras pessoas que não têm essas marcas corporais se colocam no mundo a partir desse lugar de

identificação que diz 'eu sou feminista', 'eu sou um homem, sou feminista'. Hoje, talvez não nos soe muito estranho, mas, até muito recentemente, era quase uma heresia pensar em um homem feminista ou em uma mulher transfeminista.

Entre os estudos contemporâneos acerca das sexualidades dissidentes desenvolvidos por Butler, cabe ressaltar a Teoria *Queer*, considerada uma teoria pós-identitária que ganha força nos anos 90. O termo *queer* representa a dificuldade de definição ou de sentido estável. O *queer* não é algo definido, preestabelecido, mas é algo que se constrói e se reconstrói constantemente. O "sujeito" gay, lésbico, enfim, na teoria *queer* é livre de pressupostos. E esse "sujeito" de Butler não é o "indivíduo", aquele que não se divide, não se influencia ou não é influenciado, mas é o sujeito que se constrói o tempo todo. Diz a filósofa:

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são "sujeitos", mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas "inóspitas" e "inabitáveis" da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do "inabitável" é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (BUTLER, 2016, p. 112).

Salih (2015, p. 19) explica que: "a Teoria *Queer* surgiu, pois, de uma aliança de teorias feministas, pós-estruturalistas e psicanalíticas que fecundavam e orientavam a investigação que já vinha se fazendo sobre a categoria do sujeito".

Com base nas problematizações, brevemente apresentadas até aqui, opera-se a seguir a discussão da produção discursiva do sujeito mulher, levando em conta as lutas feministas enquanto processos históricos em que a categoria "mulheres" é produzida em resposta às estruturas de poder do machismo e do patriarcado. Movimentos feministas que buscam a emancipação social e política

e que, no desenrolar destes acontecimentos, operam a desconstrução epistêmica do sujeito mulher.

FEMINISMOS E A DESCONSTRUÇÃO POLÍTICA E EPISTÊMICA DO SUJEITO MULHER

O ideário moderno-ocidental inventou o sujeito mulher como identidade universal em oposição ao sujeito homem. Um sujeito mulher forjado pelas práticas de confissão da carne induzidas pelo Cristianismo, que instituiu duas figuras bíblicas opostas em suas virtudes: Maria, mãe de Jesus, exemplo de doação ao Senhor, e Eva, pecadora que causou a expulsão do paraíso por seduzir Adão a provar os prazeres da carne. Daí que o controle moral cristão e biológico é impresso sob os corpos de mulheres até hoje, ao atribuir-lhes uma natureza e destino ligado ao matrimônio e à maternidade como condições de existência próprias dos seres femininos para contenção e disciplinamento dos prazeres da carne.

É no bojo das lutas operárias que surgem os movimentos feministas contra as desigualdades sociais que reservavam às mulheres a condição de mão de obra barata no mundo produtivo e, ao mesmo tempo, as mantêm presas às obrigações de esposa, mãe e vigilantes do lar:

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial. (RAGO, 1985, p. 62).

Desde então, uma relação pedagógica-paternalista, de subordinação da mulher ao homem, se estendeu dos espaços privados aos espaços públicos. O pai, o marido, o líder devem ser

obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social. Mulher em si que não é nada, e que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma, e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido. Desvalorização presente ainda hoje, pois mesmo as mulheres tendo conquistado direitos sociais, políticos, e terem, em relação aos homens, um grau de escolaridade maior, ainda recebem salários mais baixos e ocupam cargos de menor poder de decisão (ALVES; VOSS, 2022).

Tanto na legislação trabalhista, quanto no discurso operário, a mulher foi pensada através de uma linguagem romântica das classes dominantes, fundamentada pelo saber médico, como encarnação das emoções, dos sentimentos, irracional, incapaz de resistir. A imagem da mulher como mãe devotada e abnegada à família implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. No Brasil, a inserção no mercado de trabalho das mulheres brancas que detinham maior nível de instrução começou com o exercício das carreiras de professoras primárias e enfermeiras. Já as mulheres das classes sociais menos privilegiadas trabalhavam como domésticas, operárias, costureiras, datilógrafas, telefonistas, sendo, em maioria, mulheres negras. Em qualquer caso, o campo de atuação da mulher fora do lar circunscreveu-se ao de ajudante, assistente, ou seja, a uma função de subordinação a um chefe masculino em atividades que as colocaram desde sempre à margem de qualquer processo decisório (RAGO, 1985).

Assim, é sobre a questão moral que recai o maior peso da opressão sobre a mulher. A não-amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel de esposa-mãe-dona de casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres:

[...] mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente às ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o

discurso masculino, patronal ou operário afirmou.
(RAGO, 1985, p. 73).

Com muita frequência, as informações veiculadas pela imprensa operária testemunharam a indignação e o sentimento de humilhação dos homens, quando substituídos pelas mulheres no processo de produção. Discurso operário masculino que constitui e reforça a visão patriarcal da mulher como frágil e incapaz de lutar por seus direitos. Como mostra a nota trazida por Rago em relação a um fragmento retirado de um Jornal Operário de 1908: “Convém notar que nesta fábrica (de fósforos A Paulicéia) estão empregados meninos de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres. Os homens são ali muito poucos, pois são preferidas as mulheres e as crianças, que se sujeitam com mais facilidade a todas as ladroeiras” (RAGO, 1985, p. 64).

Em contraposição às formas de opressão machistas e paternalistas surgem os movimentos feministas. Segundo Meyer (2013), o feminismo no mundo ocidental aconteceu em duas ondas, sendo a primeira um movimento heterogêneo e plural, ocorrido no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, que se desdobrou pela ação de três vertentes: (1) liberal: a luta das mulheres se deteve no direito ao voto e acesso ao ensino superior; (2) socialista: marcada pela luta sindical; (3) anarquista: direito à educação, liberdade do corpo e da sexualidade. Já a segunda onda, transcorrida nos anos 1960 a 1970 do século XX, foi um desdobramento dos movimentos de maio de 1968, na França.

É nesse contexto histórico que estudiosas anglo-saxãs começam a usar o termo gênero (*gender*), para argumentar que diferenças e desigualdades entre homens e mulheres são construídas social e culturalmente, e não determinadas biologicamente. Assim, gênero passou a ser usado como conceito que se opunha ou complementava a noção de sexo, para referir-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade inscritos nos corpos sexuados pela cultura na ordem patriarcal. Ordem majoritária, em que corpos e identidades são definidas pelos órgãos genitais que nomeiam gêneros masculino ou feminino como padrão de normalidade. Discursos que normatizam gêneros e sexualidades, e que decidem quais os corpos podem existir.

No Brasil, os movimentos feministas foram deflagrados nas lutas contra o regime militar e se deram por meio do investimento da produção de estudos e pesquisas que visavam, não só denunciar, mas também compreender e explicar a subordinação social e invisibilidade política das mulheres, através da teoria do patriarcado.

Então, para problematizar o lugar essencializado do sujeito mulher e do par binário ser mulher ou homem, é preciso acionar outros marcadores da diferença e fazer cruzamentos, tanto da questão sexista, racial, religiosa e de regionalidades quanto da questão geracional. Performances de gênero e sexualidade que rompem a ordem heteronormativa vigente sob os corpos e o desejo resultando numa ressignificação para além do binarismo presente na sociedade.

Levando em conta tais teorias, no atual cenário de acirramento das disputas e crescimento das forças de cerceamento de sexualidades e discursos dissidentes, é cada vez mais importante aliar movimentos macro e micropolíticos de resistência e, nesse plano, “novos tipos de ativismos” (ROLNIK, 2018 p. 24).

Vale destacar que a produção discursiva do sujeito mulher acontece de múltiplas formas, pois é operada por uma polifonia de vozes e movimentos teóricos e pelas lutas feministas, indo da disputa por representação política à judicialização da homofobia, transfobia, lesbofobia, e da legalização do aborto, entre outras reivindicações.

Nesta direção, Hollanda (2018), descreve a transformação recente do feminismo no Brasil em um movimento de massas, destacando o papel das ferramentas de comunicação digital na difusão do seu ideário e as consequências de sua expansão e heterogeneidade, propondo um panorama dos “feminismos da diferença” na atualidade pelos testemunhos de algumas de suas protagonistas. A autora assinala que nos anos 80 o discurso hegemônico do feminismo no Brasil se conjugava no singular, afirmando a especificidade da “mulher” e a relativa autonomia do feminismo em face das outras lutas sociais. Hoje, o espaço público do feminismo rechaça a ideia de uma “condição feminina” universal e conjuga o feminismo no plural, combinando elementos como gênero, classe, raça, etnia, sexualidade, deficiência, religião etc. A

ideia que predomina é que o feminismo deve se ocupar das diversas opressões existentes na sociedade brasileira, resquícios das condições históricas em que as mulheres de diferentes culturas foram subjugadas pelo padrão eurocêntrico, patriarcal e cis-heteronormativo.

A desconstrução das verdades estabelecidas pelas práticas discursivas do pensamento moderno ocidental acerca de um sujeito naturalizado como categoria identitária uniforme se impõe:

No seio desse processo de desnaturalização da identidade mulher, as epistemologias feministas se viram frente a uma série de contestações. Exemplo disso é o feminismo negro questionando discursos combatidos pelo feminismo branco, como a ideia de um lugar da mulher sendo confrontado com o que a sociedade produziu como um lugar da mulher negra. A desnaturalização da identidade da mulher, resultou, portanto, na denúncia da multiplicidade das experiências resultantes no que socialmente se chamava de mulher e na impossibilidade de uma resposta categórica e universal à pergunta, aparentemente simples: 'O que é ser mulher?'. (VIEIRA, 2018, p. 240).

Por essa razão, mulheres negras ativistas fizeram a crítica aos movimentos feministas de mulheres brancas que, ao enunciar um sujeito mulher como categoria identitária uniforme em oposição ao poder dos homens, remetiam às condições de existência e reivindicações que reiteravam as desigualdades raciais. Como adverte Ribeiro (2019, p. 34): "Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experimentar gênero de uma outra forma".

Uma nova virada epistêmica se deu com as lutas de mulheres negras ao colocar em debate a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, desde a segunda onda feminista, quando passou a desmoronar o caráter socialmente construído do sujeito mulher baseado na produção subjetiva universalizante. Collins e Bilge (2020), feministas afro-americanas, referem-se à interseccionalidade como redes de interconexões entre as gerações mais velhas e as

gerações mais novas de mulheres negras brasileiras, latino-americanas e caribenhas ativistas. É nesse sentido que a interseccionalidade como ferramenta analítica possibilita compreender que, em vez de ver as mulheres como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, é necessária uma abordagem mais complexa, interseccionada pelas desigualdades de gênero, raça, sexualidade, classe, religiosidade, deficiência, entre outras, que posicionam mulheres de maneira diferente no mundo. Repensar as desigualdades pela lente interseccional permite perceber o sistema de poder interligados e a necessidade de requerer políticas públicas diferenciais para reduzir todas as formas de exclusão.

O Festival Latinidades⁷, evento anual de afro-latinas e afro-caribenhas, é um dos movimentos nos quais mulheres negras da América Latina têm protagonizado suas lutas e histórias. Na sua sétima edição, o Festival foi realizado em Brasília, em 2014, reunindo mais de mil mulheres negras e pessoas aliadas.

Nesse contexto, o Festival Latinidades não apenas tratou da necessidade de relação entre as divisões sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, nacionalidade e capacidade, como também promoveu a aproximação de pessoas do meio acadêmico e comunitário, idosas e jovens que aprenderam umas com as outras. Presença e mistura de corpos, texturas, peles, cabelos, cores, linguagens, idiomas, e tantos outros elementos conectados entre si, desafiando o racismo e o sexismo que insistem em aprofundar desigualdades sociais entrecruzadas com outras categorias que tornam mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com

7 As autoras enfatizam que, esse Festival teve como propósito promover a igualdade racial e combater o racismo e o sexismo, movimento que deu continuidade ao legado das gerações de mulheres ativistas anteriores e mostrou o uso da interseccionalidade como categoria analítica fundamental no feminismo afro-brasileiro. Os laços intergeracionais permitiram às negras mais jovens estabelecer conexões entre raça, gênero e classe, vistos e tratados, muitas vezes, de forma separada. O evento em si foi interseccional, à medida que recebeu pessoas de todas as esferas da vida. Lideranças comunitárias, mães e pais, artistas e representantes de escolas de samba, professores e professoras das escolas e universidades, estudantes de ensino médio a pós-graduação, servidoras e servidores públicos, membros de diversos grupos raciais/étnicos de todas as partes e regiões do Brasil, bem como da Costa Rica, do Equador e de outras nações da América Latina e do Caribe (COLLINS; BILGE, 2020).

capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas mais vulneráveis (COLLINS; BILGE, 2020).

Em 2015, outra importante ação política se efetivou: a “Marcha das Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver”, ocorrida também na cidade de Brasília, e que contou com a participação de mais de cinquenta mil mulheres negras de todo o país. Três anos depois, em 2018, o “Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras”, durante o 13º Fórum Social Mundial, em Salvador (BA), foi um momento especial de avaliação da trajetória de organização das mulheres negras brasileiras nessas últimas três décadas.

Conforme afirmado no relatório do Fórum, o protagonismo das mulheres negras tem dado visibilidade a sua agenda de direitos. Inúmeras organizações foram criadas e qualificaram o embate/debate político-ideológico sobre o racismo e o sexismo na sociedade brasileira:

As mulheres negras brasileiras protagonizaram avanços no plano organizativo, no plano das políticas públicas e marcaram a trajetória política de desmonte do ‘mito da democracia racial’. As mulheres negras brasileiras travaram à luta e a crítica contra o capital, as relações de classe, e todas as formas de opressão, propondo uma sociedade com base na dignidade humana, no desenvolvimento humano, social e equitativo. Ou seja, as mulheres negras têm reivindicado o estabelecimento de um novo Pacto Civilizatório para o Brasil. ‘Se fomos vitoriosas?...’ Os debates apontaram que, parcialmente, sim, mas que ainda se tem muito a percorrer (LIMA, 2018, p. 01).

No debate, a discussão do racismo foi associada ao “aprofundamento das desigualdades, empobrecimento da população negra, concentração de riquezas, feminicídio de mulheres negras, assassinato de jovens negros, encarceramento da população negra, crescente encarceramento das mulheres negras em todo o país” (LIMA, 2018, p. 1).

Segundo Collins e Bilge (2020), o legado criado por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento tem servido de inspiração para mulheres negras ativistas. Dizem elas que os laços intergeracionais permitem às negras mais jovens estabelecer conexões entre raça, gênero e classe, vistos e tratados, muitas vezes, de forma separada. Referem-se à interseccionalidade como redes de interconexões entre as gerações mais velhas e as gerações mais novas de mulheres negras brasileiras, latino-americanas e caribenhas.

Feminismos negros que combatem, desde então, a aniquilação de culturas e modos de vida africanos e afrodiaspóricos, provocada mediante a escrita de uma história sob um único prisma. História moderna ocidental contada e reiterada ao longo dos tempos, como forma de manter as desigualdades. Chimamanda (2009) assim esclarece:

Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder (CHIMAMANDA, 2009, p. 13).

Com isso, observa-se que mulheres negras inventam pra si modos de existir e resistir, fazendo uso das próprias vozes, pedagogias outras. E o que se pretende é quebrar a visão universal de quem pode falar, do que e quem pode dizer e a verdade do que diz.

No livro “Eu sou atlântica”, escrito por Alex Ratts (2006), antropólogo parceiro de pesquisas de Beatriz Nascimento, este diz que ela se recusou a ocupar um lugar social determinado para as mulheres negras na estrutura social brasileira, racista e sexista, experimentando um outro lugar de fala – pessoal, acadêmico e político:

Imagino Beatriz serena, irada, cansada, alegre, pensativa, disposta... A grandeza da alma de uma pessoa, em contraposição à vida breve desses indivíduos significativos que se constituíram como "individualidades fortes", nos leva a equações de aparente incongruência. Que Beatriz Nascimento seja referência "intelectual ativista insurgente", mas também passível de crítica. Que seja uma imagem de mulher negra, quase ícone, uma estrela negra e que possa estar próxima. Que Beatriz seja o que foi em sua existência humana: demasiado humana. Que sua noite "não adormeça em nossos olhos", a exemplo do que nos solicita o poema de Conceição Evaristo, a ela dedicado. (RATTS, 2006, p. 79).

Logo, processos de produção subjetiva ocorrem como derivação das contingências sociais, culturais, políticas que percorrem a história das sociedades ocidentais, incluindo as latino-americanas e que expressam resistências ao machismo, sexismo, racismo e colonialismo em movimentos de coletivos feministas e da produção científica de mulheres empenhadas e comprometidas com a interpretação e tradução teórico-epistemológica destes acontecimentos. Mulheres que se tornam mulheres através da produção de conhecimentos científicos, reverberando as lutas feministas de outras mulheres, trabalhadoras, negras, ameríndias, latino-americanas, quilombolas, transsexuais, congregadas em coletivos insurgentes e dissidentes. É o que se denomina aqui epistemologias e pedagogias outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos contemporâneos de recrudescimento brutal da colonialidade do ser, saber e poder, surgem os movimentos decoloniais, uma virada epistêmica que amplia os debates e produções teóricas em torno das relações de gênero, mediante a construção de novas perspectivas ontológicas, epistemológicas e filosóficas com foco nos processos forjados pelas insurreições de sujeitos subalternos à ordem moderna e eurocêntrica de

colonização dos corpos e de desigualdade na distribuição de direitos. Formas pelas quais a sociedade ocidental estabelece um padrão de relações de poder assimétricas, entre as classes sociais, entre povos, mas que também engendram relações de poder assimétricas quanto às diferenças étnico-raciais, de gênero, sexualidades, territorialidades.

Em tempos passados e presentes, o combate às políticas de morte tem sido deflagrado pelos movimentos sociais, dentre eles, os movimentos feministas que denunciam a exclusão social, racial, sexista e de gênero, marcas herdadas do colonialismo eurocêntrico, antropocêntrico e cristão. Dessa forma, os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, abalaram e ainda abalam a ordem patriarcal e cis-heteronormativa.

Movimentos feministas constituem-se em territórios pedagógicos de produções subjetivas múltiplas. Mulheres que criam pedagogias outras, ensinam e aprendem a viver diferentemente. Formas de existir e tornar-se mulher são forjadas em meio às lutas por implementação de políticas públicas com foco nos direitos sociais coletivos e individuais. Movimentos que colocam sob suspeita códigos morais, sociais, políticas impostas pelo padrão civilizatório eurocêntrico, modelo apreendidos na família, na escola e na vida social, em que mulheres são condicionadas e subalternizadas à uma cultura patriarcal, cis-heteronormativa e machista.

Os estudos de gênero e a Teoria *Queer* servem como ferramentas teórico-epistemológicas e políticas dos movimentos feministas para a compreensão da colonialidade do poder, do ser e do saber herdados do pensamento eurocêntrico centrado na tradição científica moderna que se impôs como modelo civilizatório, societário e cultural aos países colonizados. A decolonialidade favorece o entendimento de que combater a colonialidade implica no entendimento dos processos de subjetivação como acontecimentos que se dão de modo múltiplo, complexo e inacabado. Dar sentido à construção de múltiplas subjetividades corresponde afirmar que sujeitos criam diferentes maneiras de existir singularmente e se reconhecem nelas quando se tornam independentes das “verdades” ditas sobre si e das marcas impressas

sobre seus corpos, ultrapassando os limites dos papéis sociais e culturais de dependência, permitindo-se experimentar vidas outras.

Referências

ALVES, Eliada Mayara Cardoso da Silva; VOSS, Dulce Mari da Silva. Mulheres em mirada decolonial: um quase tudo. In: VOSS, Dulce Mari da Silva. (org.). **Mulheres escrevendo e pensando com mulheres**: Filosofias, infâncias e educação. 1. ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2022. p. 35-47.

BENTO, Berenice. **Transviad@as**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução: Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: Arte, Cultura, Política e Universidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KUHNERT, Duda. Performers são, antes de tudo, complicadores culturais. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 54-71.

LIMA, Cristina. Fórum avalia 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. **Universidade Livre Feminista**, 2018. Disponível em: <https://feminismo.org.br/forum-avalia-30-anos-do-i-encontro-nacional-de-mulheres-negras/19809/>. Acesso em: 07 de maio 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da Sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 02, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2023.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230034, p. 1-20, jun. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782018000100127&script=sci_abstract. Acesso: 18 de maio 2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas Dimensões Básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019, p. 27-55.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2019.

MENESES, Ramiro Délio Borges de. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é Pela estratégia. **Universitas Philosophica**, Bogotá, v. 30, n. 60, p. 177-204, enero/jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unph/v30n60/v30n60a09.pdf>. Acesso em: 18 de maio 2023.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 11-29.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder - Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

RAGO, Luiza Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Ed. Jandaíra, 2019.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

VIEIRA, Helena. O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista: Arte, Cultura, Política e Universidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 238-248.

VOSS, Dulce Mari da Silva. Habitar outro mundo em tempos sombrios. In: ROCHA, Paulo Henrique Borges; MAGALHÃES, José Luiz Quadros; OLIVEIRA, Patrícia Miranda Pereira. (orgs). **Decolonialidade a partir do Brasil**, v. 1, Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 221-240.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Recebido em: *Maio/ 2023*.

Aprovado em: *Setembro/ 2023*.